

As consequências da morosidade na aprovação do Novo Marco Regulatório da Mineração



Por: Pedro Jacobi - Geólogo e Empresário da Mineração

Matéria publicada na Revista Energia Nacional em julho de 2014

Todo o governo tem seus pontos altos e baixos. Entretanto, no caso do Novo Marco Regulatório da Mineração (MRM) o governo brasileiro, através do Ministério de Minas e Energia, protagonizou um dos piores momentos da mineração moderna.

Não que o MRM tenha sido mal redigido, o que foi, mas sim pela forma como o assunto e suas implicações foi gerenciado ao longo destes últimos quatro anos. O atraso do MRM arrasou com a pesquisa mineral brasileira, causando prejuízos imensos além de acender o estopim de uma bomba relógio que penalizará o Brasil em bilhões de dólares.

Parece incrível, mas já faz mais de quatro anos que as notícias do famigerado MRN infestam a mídia nacional.

O marco começou a ser elaborado em 2010, no segundo mandato do presidente Lula. Desde então as promessas públicas de que o MRM seria aprovado foram mais de centenas. Tudo não passava de balões de ensaio lançados à mídia para medir o índice de rejeição do MRM: uma jogada política.

Até o momento esse novo Código Mineral continua engavetado em algum lugar da Câmara a espera da votação final que nunca chega.

Um atraso de quatro anos seria até aceitável quando o assunto é polêmico e impactante para a sociedade como um todo. No entanto esse Novo Marco Regulatório da Mineração foi redigido entre quatro paredes por pessoas que pouco entendem de mineração. A nova lei busca espelhar a mineração brasileira na mineração do petróleo, duas coisas absolutamente distintas, e até 2013 nunca havia sido discutida com a sociedade ou com os mineradores.

É que o governo pensava aprová-la sem uma consulta prévia e sem o debate democrático.

Ledo engano!

Quando o MRM chegou à Câmara ele foi literalmente torpedeado com 372 emendas, as mais variadas, em uma clara rejeição do seu conteúdo por parte dos deputados.

Mas o que torna o marco polêmico é também o que causa prejuízos de dimensões monumentais, medidos em bilhões de dólares, que penalizam não só a mineração, mas, também, toda a população brasileira.

Alguns desses prejuízos têm uma dinâmica mais lenta e serão colhidos, aos poucos, destilados ao longo das próximas décadas. É o caso da pesquisa mineral no Brasil.

Em 2011 o Ministro Lobão, das Minas e Energia, acreditando (mais uma vez) que o MRM seria aprovado rapidamente, mandou que as concessões para os alvarás de pesquisa e de lavra fossem paralisadas. A partir deste momento, até o final de 2013, dezenas de milhares de pedidos de pesquisa foram para o limbo, a espera de uma concessão que não veio. Investimentos de bilhões tiveram que ser postergados por aquelas empresas que já estavam preparando as suas minas para a operação.

Sem concessão garantida nenhuma empresa pode trabalhar e investir na pesquisa mineral.

Com isso as pequenas empresas de mineração, que são aquelas que fazem a pesquisa mineral no Brasil, investindo em um ano quatro vezes mais do que a estatal CPRM investiu em dez, tiveram que parar.

As consequências foram catastróficas.

Demissões em massa varreram o setor, se alastrando como um fogo em mata seca. Os impactos negativos se propagaram da mineração para a geologia e daí para as empresas prestadoras de serviços como laboratórios e sondagem. Entre 2011 e 2013 o setor desmoronou.

As consequências serão sentidas ao longo dos anos, pois as jazidas que deveriam ter sido descobertas nesses anos, não estarão em produção quando as atuais se esgotarem. É um cruel efeito dominó. O que o Governo matou nestes últimos anos será o estopim de uma carência gigantesca, inevitável.

Então, veremos o Brasil importar bilhões de dólares em metais e minerais que deveriam estar sendo produzidos internamente.

Este atraso e suas implicações afugentaram os investidores da mineração que teve, no primeiro trimestre deste ano, uma queda assustadora de 83% nas fusões e aquisições quando comparadas a 2013. Na fuga os investidores levam consigo mais de 10 bilhões de dólares que deveriam ser investidos em nossa mineração.

Tudo isso por culpa de um “pequeno” atraso de vários anos na aprovação do MRM. Sem contar, é claro, nos milhares de desempregados de alta qualidade e experiência que foram “sucateados” pelo sistema, por conta desse péssimo gerenciamento demonstrado pelo MME.

Infelizmente as más notícias não param por aí. Um ponto nevrálgico, que vem no bojo do MRM, é o que diz respeito à CFEM (A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). É através da CFEM que os Estados e Municípios recebem uma participação sobre os ganhos da mineração em seus respectivos territórios. É por meio da CFEM, recolhida mensalmente, que a sociedade pode se beneficiar diretamente, e no curtíssimo prazo, de um

empreendimento mineiro. A CFEM é devida quando o mineral é vendido, transformado ou consumido. No novo MRM ela será paga, também, aos municípios afetados pela mineração que até hoje nada recebem. Uma medida democrática que irá levar uma renda adicional à todos.

No momento a alíquota da CFEM varia de acordo com a substância mineral, variando de 3% no caso do alumínio até 0,2% no caso das pedras preciosas como o diamante.

Pois esse novo MRM contém uma mudança dramática no valor da CFEM, que vai beneficiar, extremamente, a todos os Estados e Municípios onde a mineração é importante. Neste MRM que está, ainda, a espera da aprovação da Câmara, a CFEM vai ser ampliada várias vezes. Ela será calculada sobre a receita bruta, deduzidos os tributos, e não sobre a receita líquida como dita a regra atual.

As alíquotas subirão, atingindo o máximo de 4%. Com isso a nova CFEM será, em alguns casos, mais de 500% maior do que a anterior, revertendo diretamente para a população.

Segundo o novo MRM 60% dela serão destinados aos municípios produtores, 20% para os Estados, 10% para os municípios não produtores afetados pela mineração e 10% para a União.

Em 2013 a CFEM recolhida atingiu o valor de R\$2,4 bilhões. O minério de ferro, o mineral mais importante no Brasil de hoje, contribui com 75% de toda a CFEM arrecadada. No caso deste minério a CFEM vai passar de dois para quatro por cento, caso o MRM seja aprovado com o texto proposto pelo Dep. Quintão.

Isso corresponderá a um aumento superior a 100%.

Ou seja, somente o ferro irá contribuir com mais de *quatro bilhões de reais* à sociedade brasileira.

Se o novo MRM, na versão Quintão, for aprovado é claro.

O atraso do Marco Regulatório da Mineração, que vem se perpetuando nos últimos anos, está privando a sociedade de uma quantia superior a dez bilhões de reais. Municípios brasileiros produtores de bens minerais foram suprimidos dessa imensa quantia tendo que amargar problemas sérios na infraestrutura, educação e saúde que não deveriam existir.

Os efeitos do atraso do MRM são claros e graves e influenciam diretamente na enxurrada de problemas que hoje o Brasil vive.